12 — Cada coordenador operacional dos POOC apresentará, semestralmente, ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades um relatório das acções desenvolvidas no âmbito da sua actuação.

13 — O apoio técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento das tarefas cometidas aos coordenadores operacionais dos POOC e respectivas equipas é prestado pelas entidades onde se inserem.

3 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 6044/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., no âmbito da implantação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, executar o projecto do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos-Alvações do Corgo, no concelho de Santa Marta de Penaguião, utilizando para o efeito 6648 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Santa Marta de Penaguião, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/97, de 11 de Junho.

O projecto do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos contempla a construção de uma ETAR, uma estação elevatória, quatro emissários gravíticos, com uma extensão total de 2912 m, e uma conduta elevatória com uma extensão total de 525 m.

A ETAR localiza-se no concelho de Santa Marta de Penaguião, sendo que o local de implantação da mesma, com a área total de 1762 m², se situará na margem direita do rio Corgo.

Considerando que a aplicação deste projecto vem alterar a actual situação, permitindo que as populações das povoações de Alvações do Corgo, Azinheira, Rapada, e Serrinho, na freguesia de Alvações do Corgo, e Bairro, Bouça, Casarias, Fial, Fontão, Massa, Matos, Netos, Poeiro, Pombal, São Gonçalo, Santo Estêvão e Travessa, pertencentes à freguesia de São João de Lobrigos, passem a dispor de um sistema de saneamento adequado aos efluentes produzidos, contribuindo, inclusivamente, para uma substancial melhoria das funcionalidades ambientais dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional;

Considerando que o tratamento e destino final das águas residuais constitui um serviço público fundamental para a saúde e o bem-estar das populações, contribuindo, inclusivamente, para a preservação do ambiente;

Considerando as justificações apresentadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando a área total da Reserva Ecológica Nacional a afectar, com incidência quase exclusiva em áreas com risco de erosão;

Considerando que, de uma forma geral, a longo prazo, esta obra provocará mais benefícios que prejuízos, potencializando as funcionalidades dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional envolvidos, principalmente os leitos de cursos de água e as áreas de máxima infiltração;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza no que concerne à ocupação de áreas integradas na Rede Natura 2000 (Sítio Alvão-Marão);

Considerando o parecer favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola de Trás-os-Montes relativamente à utilização não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela Divisão Sub-Regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte relativamente à utilização do domínio hídrico;

Considerando o parecer do Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal do concelho de Santa Marta de Penaguião, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/95, de 21 de Março, não obsta à concretização do projecto;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas nele descritas, e das medidas de minimização enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.;

Considerando as medidas minimizadoras enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., a aplicar na fase de construção e exploração, tendo em conta a sensibilidade e vulnerabilidade dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional a afectar, bem como das características da obra, na fase de construção, a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá dar ainda cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., nas situações de transposição de linhas de água, não deverá diminuir as secções de vazão, restituindo, assim que possível, a sua secção,

mantendo as mesmas limpas, desimpedidas de entulhos ou quaisquer outros resíduos no final da obra;

Os muros marginais de suporte de terra devem ser devidamente repostos e consolidados nas situações de atravessamento de linhas de água;

Deverá ser garantida a perfeita consolidação e estabilidade dos muros de suporte da ETAR, assim como do caminho, devendo ainda, por razões de segurança, ocorrer e rematação por guarda-corpos;

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá obter a autorização formal dos proprietários marginais para a intervenção dentro dos limites das suas propriedades, especialmente quando estas se verificarem em faixas marginais de serventia das linhas de água;

A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá responsabilizar-se pela integridade de muros de suporte de terras, canais de rega ou de drenagem e, de um modo geral, de todas as utilizações que venham a ser interceptadas pelos emissários, a funcionalidade e estabilidade das linhas de água intervenções e, nos casos de transposição previstos, não prejudicar nunca a respectiva secção de vazão;

A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos desenvolver-se paralelamente à implantação dos emissários, numa faixa de aproximadamente 5 m;

Os pontos de atravessamento e movimento de maquinaria devem efectuar-se sempre pelos mesmos locais, perpendicularmente ao traçado dos emissários, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

A rejeição de resíduos em linhas de água é proibitiva, tendo estes de ser encaminhados para um depósito adequado, fora da Reserva Ecológica Nacional;

A interdição de queima de resíduos ou entulhos a céu aberto é proibitiva;

As operações de manutenção dos equipamentos terão de efectuar-se em locais próprios, de modo a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

O tempo de trabalho deverá ser restrito ao mínimo indispensável; Deverá proceder-se à limpeza e renaturalização das áreas afectadas pelo projecto, após a conclusão dos trabalhos, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem;

Assim, desde que cumpridas as medidas de minimização anteriormente referidas, além das medidas enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., pelo Instituto de Conservação da Natureza e pelo Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional: Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da construção do emissário gravítico (EG) 01, EG02, EG03 0000e EG04 e da ETAR do subsistema de águas residuais de São João de Lobrigos-Alvações do Corgo, no concelho de Santa Marta de Penaguião, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de o proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

8 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 6045/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas do Cávado, S. A., instalar um conjunto de infra-estruturas de abastecimento de água, mais especificamente concretizar o sector de Mariz, no concelho de Barcelos, utilizando para o efeito 2938 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Barcelos, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/96, de 17 de Abril.

O projecto consiste na ampliação do sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Baixo Cávado e Ave, encontrando-se prevista a instalação de uma conduta adutora elevatória em ferro fundido dúctil (FFD), diâmetro nominal (DN) de 150 mm, que liga a estação elevatória de Perelhal, já construída, ao reservatório de Mariz, a construir, uma conduta de distribuição em FFD DN de 200 mm, instalada